

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO CRÍTICA .....	17
1.1. Diferenças metodológicas .....	32
1.2. Natureza jurídica da culpa estrita .....	47
1.3. A natureza das coisas. O conceito .....	56
1.3.1. Conceito em crise .....	65
1.3.1.1. Dano. Ponto axiomático .....	69
1.3.1.1.1 Perigo intrínseco .....	77
1.3.2. Proposição de um campo de significados teóricos .....	78
1.3.3. Finalização .....	85
1.3.4. A busca de um sentido de coesão: por uma teoria própria da culpa estrita. Necessidade e análise: uma omissão mal compreendida .....	86
I – Teoria e prática .....	88
II – Dolo. Ponto de balizamento teórico ou paradigmático .....	89
III – Teoria Geral do ilícito penal .....	91
IV – Nível de reprovação .....	92
V – Comportamento e conduta .....	93
VI – Omissão .....	94
VII – Síntese .....	95
1.3.4.1 Papel do julgador .....	96
1.3.5. Jusnaturalismo. Uma situação não analítica .....	97

1.3.6. Culpa moral e biologismo .....	101
1.4. Pontos críticos da culpa estrita .....	102
1.5. Segmentos do Direito e da Culpa: lógica das formas civil e penal .....	104
2. CULPA ESTRITA NO BRASIL.....	117
2.1. Período colonial. Ordenação Filipina – Livro V.....	119
2.2. Código Criminal do Império do Brasil.....	124
2.2.1. Lei n.º 2.033/1871.....	128
2.3. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil .....	129
2.4. Consolidação das Leis Penais .....	131
2.5. Código Penal de 1940. A questão da vontade.....	132
2.5.1. Código Penal Hungria .....	134
2.5.2. Lei n.º 6.416/1977 .....	135
2.6. Conceituação doutrinária e direito positivo. Imputabilidade e seus reflexos em face da culpa estrita.....	136
2.6.1. Significado e sentido atual da imputabilidade.....	142
2.6.2. Condições e efeitos .....	146
2.7. Fronteiras lógico-teóricas.....	147
2.7.1. Distinção entre dolo e culpa estrita .....	157
2.7.2. Distinção entre <i>versari</i> e culpa estrita .....	162
2.7.3. Distinção entre caso fortuito e culpa estrita.....	164

2.7.4. Significado da expressão: “Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime senão quando o pratica dolosamente”.	168
2.7.5 Agravação pelo resultado	172
2.7.5.1 Crimes qualificado pelo resultado e culpa estrita	179
3. CONCEITO TRADICIONAL DE <i>CULPA STRICTO SENSU</i>	181
3.1. Considerações tradicionais da culpa estrita	186
3.1.1 Política-criminal	186
3.2 Estrutura ideal e formal da culpa stricto sensu doutrinariamente considerada	189
3.3 Análise lógica e crítica dos elementos tradicionalmente aceitos para a culpa estrita: a) ação; b) vontade; c) ilicitude; d) ausência de intenção	194
3.4 <i>Crimen culpae</i> . Generalidades	199
3.4.1 A causa culposa. O problema da conduta. Um ponto de falsificação da culpa estrita na origem	204
3.4.2 Relação de causalidade. Nexo causal inverso	214
3.4.3 Resultado e evento. Unicidade ou dicotomia?	221
3.5 Divisão da imprudência	236
3.6 Graus da culpa	238
3.7 Dilema e paradoxo	244
3.7.1 Psiquismo. Regras	246

3.7.2	Voluntariedade .....	248
3.7.3	Consciência ou princípio da razão .....	249
3.7.4	A “consciência culposa” típica .....	254
3.7.4.1	Culpa estrita consciente e seu antônimo e a questão do dolo eventual.....	257
3.8	Principais concepções acerca da culpa estrita.....	269
3.8.1.	Previsão do dano evento .....	270
3.8.2.	Evitabilidade .....	274
3.8.3.	Prevenção.....	277
3.8.4.	Dever de cuidado objetivo.....	278
3.9.	Crítica.....	283
3.9.1	Fato ou autor .....	286
3.10.	A questão do art. 180, § 3º do Código Penal.....	289
3.10.1.	A problemática da vítima no campo da responsabilidade.....	293
3.10.2.	Questão dos caminhos. O <i>iter criminis</i> .....	301
3.10.3.	Tentativa.....	302
3.10.4.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	311
3.10.5.	Crime impossível. Hipóteses .....	313
3.10.6.	Arrependimento posterior .....	317
3.10.6.1	Tempo do crime.....	320
3.10.6.2	Lugar do crime .....	321
3.10.6.3	Armadilha axiomática.....	323

3.10.7 Erro sobre elementos do tipo .....	326
3.10.8 Discriminantes putativas .....	327
3.10.9 Erro sobre a ilicitude do fato.....	329
3.11 Fundamento jurídico punitivo. Legitimidade.....	330
3.11.1 Contradições punir ou não?.....	331
3.11.2 Compensação de culpas .....	337
3.11.3 Concorrência de culpas .....	339
3.11.3.1 Prisão <i>ad cautelam</i> .....	340
3.11.4 Concurso de pessoas .....	343
3.11.5 Considerações sobre o dolo e a culpa estrita em face da persecução penal .....	353
CONCLUSÃO .....	357
BIBLIOGRAFIA .....	361